

REQUERIMENTO \_\_\_\_/2014

Requer a realização de Audiências Públicas e Seminários para debater sobre a Água: Direito Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiências Públicas e Seminários, em Brasília no dia 05 de Dezembro, Barreiras e Salvador BA, data a definir, para apresentar propostas e discutir a Gestão de Recursos Hídricos: Sustentabilidade, Abastecimento Humano e Produção.

Para essas audiências sugiro que sejam convidadas as seguintes instituições e especialistas:

Vicente Andreu - Agencia Nacional das Águas - ANA

Eugenio Splinger – Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia

Abelardo Oliveira – Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA

Ademilson Santos (Tiziu) – Representante da Articulação no Seminário Brasileiro

Danilo Assunção – Coordenador Geral do Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio Ambiente.

Luiz Roberto Santos Moraes – Professor Titular em Saneamento do Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

## Justificativa

As condições de acesso aos recursos hídricos se dão através de uma boa gestão e de adequado processo político.

Planejamento, no conceito da ciência econômica, onde é bastante empregado, é a forma de conciliar recursos escassos e necessidades abundantes. Em recursos hídricos, o planejamento pode ser definido como conjunto de procedimentos organizados que visam o atendimento das demandas de água, considerada a disponibilidade restrita desse recurso. Todavia, o planejamento de recursos hídricos reveste-se de especial complexidade, haja vista as peculiaridades expostas anteriormente (Barth, 1987).

Foi aprovada no Congresso Nacional a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Caberá a essa Agência a implantação e aplicação da Lei nº 9.433, de 1997, segundo seus princípios, instrumentos de ação e seu arranjo institucional previsto (Conselho Nacional de Recursos Hídricos, comitês de bacias hidrográficas, agências de água e os órgãos e entidades do serviço público federal, estaduais e municipais).

Os objetivos dessas audiências são discutir e apresentar propostas, a fim de proporcionar a recuperação e a preservação da qualidade e quantidade dos recursos das bacias hidrográficas e atuar na recuperação e preservação de nascentes, mananciais e cursos d'água em áreas urbanas.

Deputado Afonso Florence